

# Sumário

Número de notícias: 20 | Número de veículos: 16

O LIBERAL - BELÉM - PA - POLÍTICA  
ANFIP

Auditoria - APOSENTADOS ..... 3

FOLHA DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - POLÍTICA  
SEGURIDADE SOCIAL

Reforma e Zanin na pauta do Congresso ..... 4

FOLHA ONLINE - SP  
SEGURIDADE SOCIAL

Entenda o novo desconto do Imposto de Renda nos salários e qual modelo é melhor (Imposto de Renda) ..... 5

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Relatório sobre reforma tributária será entregue com três novos impostos ..... 7

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Fundo monetário da Amazônia ..... 9

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Hora de avançar na reforma tributária (Editorial) ..... 11

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Produtividade cai quase 1% ao ano há 3 décadas; indústria quer nova política ..... 13

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Soluções para manutenção da Zona Franca de Manaus na reforma tributária ..... 16

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Desconto em carro popular beneficiará mais as montadoras ..... 18

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Mais R\$ 30 bi nos cofres ..... 20

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Ministros julgam teses de PIS e Cofins com impacto de R\$ 142 bi ..... 22

ZERO HORA - PORTO ALEGRE - RS - OPINIÃO  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Remendo da reforma tributária está nas mãos do Congresso - MAIS ECONOMIA ..... 24

DIÁRIO DA MANHÃ - GO - GERAL  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Prefeitos pressionam por desoneração da folha ..... 26

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA  
ECONOMIA

Mercado financeiro volta a olhar para o Brasil com otimismo - MERCADO S/A ..... 27

FOLHA DE S. PAULO - SP - TEC  
ECONOMIA

Agro é PIB e paga bons dividendos (Artigo)..... 29

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES  
ECONOMIA

O projeto de um país que pensa pequeno (Editorial)..... 30

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
ECONOMIA

Dívida bruta é menor do que aparenta nos dados (Artigo)..... 32

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
ECONOMIA

Caixa e BNDES tentam "esticar" devolução de R\$ 29 bi a Tesouro..... 34

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA  
ECONOMIA

Senadores querem preservar gastos com educação e saúde..... 37

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO  
ECONOMIA

Espaço aberto para o fim do aperto monetário (Editorial)..... 39

# Auditoria - APOSENTADOS

**EMÍDIO REBELO FILHO**

AUDITORIA Pergunta-se: caberia ao Tribunal de Contas da União (TCU), uma auditoria para esclarecer a exata aplicação dos recursos financeiros arrecadados na conta **Seguridade Social**?

Acreditamos que sim, pois sanariam as dúvidas que nós, aposentados e pensionistas do Regime Geral de **Previdência Social** (RGPS), segurados **INSS**, possuímos quando ouvimos dizer que a **Previdência Social** não tem sustentabilidade, contradizendo-se ao que divulgam as análises anuais emitidas e divulgadas, amplamente, pela **Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita** Federal do Brasil (**Anfip**), Fundação **Anfip** e Comissão Parlamentar de Inquérito da **Previdência Social** (2017).

**Site:** [https://cdn-digitalmaven.sflip.com.br/temp\\_site/issue-e7e82d958cab6d8b4a2b495d59e38740.pdf](https://cdn-digitalmaven.sflip.com.br/temp_site/issue-e7e82d958cab6d8b4a2b495d59e38740.pdf)

# Reforma e Zanin na pauta do Congresso

Numa semana mais curta por causa do feriado de Corpus Christi, na próxima quinta-feira (8), dois assuntos dominarão o Congresso. Na Câmara dos Deputados, o grupo de trabalho que discutiu a **reforma tributária** apresentará o relatório das atividades. No Senado, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) começará a discutir a indicação do advogado Cristiano Zanin para a vaga de ministro do Supremo Tribunal Federal (STF).

Outros temas, como o projeto de lei complementar que institui o novo arcabouço fiscal, ficarão para a semana depois do feriado. Aprovada pela Câmara dos Deputados no último dia 24, a proposta tramita na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado, sob a relatoria do senador Omar Aziz (PSD-AM).

Amanhã, o relator da **reforma tributária**, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), divulgará o relatório do grupo de trabalho que discutiu o tema. Nos últimos três meses, foram ouvidos ministros, especialistas e o secretário extraordinário da **Reforma Tributária** do Ministério da Fazenda, Bernard Appy.

O relatório, esclareceu Ribeiro na última semana, ainda não será o substitutivo das duas propostas de emenda à Constituição (PEC) sobre a **reforma tributária** paradas no Congresso. Apenas conterá um resumo do que foi discutido no grupo de trabalho, os pontos consensuais e uma história de 40 anos de discussão de **reforma tributária**.

Unificação de **impostos** Segundo a assessoria do parlamentar, o substitutivo só será apresentado quando for definida uma data para a discussão no plenário da Câmara. O principal ponto de consenso consiste na criação do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). De acordo com Ribeiro, o IBS deverá ter duas alíquotas, uma para a União e outra para os estados e municípios.

Esse imposto unificará três **tributos** federais (Imposto sobre Produtos Industrializados, Programa de Integração Social e Contribuição Social sobre o Financiamento da **Seguridade Social**), além do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), arrecadado pelos estados, e do Imposto sobre Serviços (ISS), de responsabilidade dos municípios. De acordo com o coordenador do grupo de trabalho, deputado Reginaldo Lopes (PT-MG), a ideia é votar a **reforma tributária** na Câmara ainda este mês.

Vaga para o Supremo No Senado, o principal

destaque será o início da tramitação da indicação do advogado Cristiano Zanin para o Supremo Tribunal Federal (STF). Indicado na última quinta-feira (1º) pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Zanin ocupará a vaga aberta pela aposentadoria do ministro Ricardo Lewandowski, caso tenha o nome aprovado.

Na semana passada, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), disse que existe a possibilidade de a CCJ sabatinar Zanin ainda esta semana. A indicação precisa ser aprovada pela comissão para ir ao plenário do Senado, mas Pacheco disse que a tramitação só deve prosseguir depois do feriado de Corpus Christi.

Em relação ao novo arcabouço fiscal, Pacheco informou que o início dos trabalhos na CAE deverá ficar para depois do feriado. No entanto, comprometeu-se a concluir a votação da proposta ainda

Sabatina do advogado pode ser realizada ainda nesta semana este mês.

**Site:** <https://www.folhape.com.br/edicao-imprensa/2442/05-06-2023/>

# Entenda o novo desconto do Imposto de Renda nos salários e qual modelo é melhor (Imposto de Renda)

**Cristiane Gercina**

Desde 1º de maio, com a correção da tabela do Imposto de Renda pelo governo Lula, os trabalhadores e aposentados do país têm novos descontos de IR no salário. Além da isenção maior para a primeira faixa, que subiu de 1.903,98 para R\$ 2.112, elevando o número dos que deixam de pagar imposto, há um desconto simplificado de R\$ 528 em todas as faixas de renda.

Segundo a **Receita Federal**, esse desconto de R\$ 528 é feito na fonte por empresas e demais órgãos de pagamentos, mas só pode ser aplicado se for mais vantajoso que as deduções previstas em lei, como a dedução mensal para quem tem dependentes. Quem ganha até dois salários mínimos, o que dá R\$ 2.640 hoje, deixará de pagar imposto.

A escolha do modelo, porém, não fica com o trabalhador, já que a responsabilidade é da empresa, mas o cidadão pode, a qualquer momento, solicitar ao setor de Recursos Humanos que seja feita a alteração que lhe for mais benéfica, se por deduções legais ou desconto simplificado padrão.

Para autônomos que fazem o recolhimento mensal do IR por meio do pagamento do Carnê-leão, a escolha pelo melhor modelo de tributação é do profissional na hora de gerar o Darf (Documento de Arrecadação de Receitas Federais). "Se for recolhimento mensal obrigatório, o contribuinte utiliza o que entender mais benéfico", diz a Receita.

Trabalhadores que são admitidos em novos empregos também podem ser questionados sobre qual o modelo deverá ser aplicado em seu holerite. Especialistas ouvidos pela Folha explicam o que o cidadão deve considerar ao fazer a escolha.

O primeiro ponto, de acordo com a **Receita Federal**, é somar as deduções legais mensais e comparar com os R\$ 528 mensais. Quem tem dependentes tem direito a um desconto na fonte de R\$ 189,59 por mês, por dependente. Esse desconto é aplicado antes da alíquota do IR, assim como a contribuição mensal ao **INSS**.

Por lei, podem ser considerados dependentes na fonte cidadãos que não são declarantes do IR, como cônjuge ou companheiro (a), filho (a) ou enteado (a) até 21 anos ou até 24 anos se estiver cursando universidade ou ensino técnico.

A Receita fez simulações que indicam que os novos descontos do IR são mais vantajosos para quem ganha salário menor, entre R\$ 2.112,01 e R\$ 5.000. Rendas a partir de R\$ 10 mil terão impacto menor.

Daniel Viana, diretor trabalhista da BWA Global, afirma que o trabalhador não deve considerar apenas a sua situação mensal para definir qual o melhor modelo de tributação. Isso porque, ao declarar o IR, o que vale é a tabela anual do Imposto de Renda.

"Menor desconto no mês pode resultar em restituição menor ou pagamento maior na declaração de ajuste anual. Precisamos saber que, no fim, o que devemos considerar é que existe uma tabela anual e é ela que define o valor a ser pago no ano", diz.

Viana lembra ainda que a medida provisória prevê que o desconto simplificado de R\$ 528 só pode ser aplicado se for mais benéfico. "A empresa é a responsável pela retenção do Imposto de Renda na fonte sobre os valores pagos à pessoa física e por isso possui o poder de decisão neste caso", explica.

"Na prática, as empresas de software criaram o parâmetro de 'condição mais favorável', que realiza ambos os cálculos e aplica o desconto de menor valor", diz o consultor.

A Receita afirma que está orientando os empregadores por meio de publicações oficiais. O órgão já publicou normativa sobre o tema -IN 2.141- e deve disponibilizar, em breve, uma nova versão do "Manual do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte (Mafon) 2023" com informações atualizadas.

Em geral, o desconto simplificado é mais vantajoso para quem não tem muitas deduções, como dependentes, gastos com saúde, educação, previdência privada e pensão alimentícia, dizem os

especialistas. Já o modelo com desconto-padrão de R\$ 528 seria melhor para quem não tem deduções. No entanto, quem vai fazer essa conta e escolher é a empresa. O contribuinte que se sentir prejudicado pode pedir a mudança do modelo de tributação.

No caso dos autônomos, a Receita afirma que o contribuinte poderá escolher o modelo de tributação ao pagar o imposto. "Se for recolhimento mensal obrigatório, o contribuinte utiliza o que entender mais benéfico", diz o fisco.

Não há qualquer relação entre a escolha do modelo de desconto mensal do IR, segunda a Receita. Na declaração de ajuste anual, o contribuinte poderá fazer qualquer opção, sem vinculação com o que foi adotado em cada mês do ano-calendário.

Segundo o fisco, mesmo quem escolher o desconto simplificado mensal poderá optar pelas deduções legais no ajuste anual, caso seja mais vantajoso na declaração. O próprio programa do IR faz esses cálculos e indica o que é melhor, ou seja, o que garante maior restituição ou menor imposto a pagar.

O governo federal reajustou em 10,92% a faixa de isenção do Imposto de Renda, que subiu de R\$ 1.903,98 para R\$ 2.112. Além disso, será dado um desconto-padrão de R\$ 528 em todas as faixas de renda. Com isso, salários, aposentadorias e pensões até R\$ 2.640 deixaram de pagar o tributo.

Para as demais faixas de renda, também haverá um alívio mensal e os contribuintes devem pagar R\$ 15,60 por mês a menos de IR na comparação com os valores cobrados até 30 de abril de 2023. No ano, o desconto é de R\$ 187,20.

Sim, todos poderão ter um desconto-padrão de R\$ 528 no Imposto de Renda mês a mês ou optar pelas deduções legais já previstas na legislação. A nova regra é mais vantajosa para quem ganha até R\$ 10 mil, segundo a Receita. Salários maiores terão um benefício menor.

Os cálculos são de que, com a nova tabela, 13 milhões ficarão isentos do Imposto de Renda. A intenção do governo é que, até o fim do mandato, salários de até R\$ 5.000 deixem de ter a cobrança do IR.

A tabela antiga do Imposto de Renda vale até o mês de abril de 2023. A nova tabela é aplicada a partir de maio de 2023. O IR ficou por quase dez anos sem correção, no final do governo Dilma, no governo **Temer** e nos quatro anos do governo Bolsonaro.

**Site:**

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/06/entenda-o-novo-desconto-do-imposto-de-renda-nos-salarios-e-qual-modelo-e-melhor.shtml>

# Relatório sobre reforma tributária será entregue com três novos impostos



Os deputados Aguinaldo Ribeiro (PP-PB) e Reginaldo Lopes (PT-MG), do grupo da reforma tributária. Vinicius Loures/Agência Câmara

**Eduardo Cucolo**

São Paulo O grupo de trabalho da Câmara que discute a **reforma tributária** mareou para a próxima terça-feira (6), às 16h, a apresentação, discussão e votação do relatório do deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), que apresentará uma nova proposta.

O texto vai trazer as diretrizes da reforma, prevendo a substituição de cinco **tributos** sobre o consumo por dois novos, um federal e outro para estados e municípios, dentro do sistema que é chamado de IVA Dual (dois **impostos** sobre valor agregado).

A nova redação da proposta será apresentada ainda no mês de junho, após discussões com governo, parlamentares e setores econômicos. A ideia é votar a reforma na Câmara antes do recesso parlamentar de julho.

Os novos **impostos** sobre o consumo devem ter três alíquotas: o imposto padrão aplicado à maioria dos bens e serviços, um percentual reduzido (a chamada alíquota de equilíbrio) que busca equilibrar a carga tributária em algumas situações e a alíquota zero.

Haverá também um Imposto Seletivo, que garante uma tributação adicional para desincentivar o consumo de alguns produtos, como bebidas alcoólicas.

A adesão ao novo sistema será opcional para as empresas do Simples Nacional. Nesse caso, a

companhia pode optar por recolher o tributo dentro das novas regras, o que é vantajoso para quem é fornecedor de produtos e serviços a empresas, ou permanecer no sistema atual, o que seria melhor para quem vende direto ao consumidor.

A Zona Franca de Manaus vai ser preservada, mas outros benefícios fiscais serão revistos.

Haverá tratamento diferenciado para alimentos, saúde, educação e transporte coletivo. O mesmo se aplica a operações de crédito no sistema financeiro e seguros.

O texto também vai prever a possibilidade de um sistema de devolução de **impostos** para compensar o fim de alguns benefícios (o "cash-back do povo") e um fundo de desenvolvimento regional para substituir o modelo de guerra tributária entre estados e municípios.

Exceções para o setor agropecuário também estão em discussão. Entre elas, a desoneração da cesta básica, que pode ser mantida ou substituída pelo cash-back.

Na segunda-feira (5), os secretários estaduais de Fazenda preveem apresentar um posicionamento em relação à reforma. Eles tentam unificar as demandas referentes a definição de número de alíquotas, transição federativa, modelo de arrecadação, fundo de desenvolvimento regional e Zona Franca de Manaus.

Pelas propostas em análise no Congresso, o novo tributo sobre o consumo será cobrado no destino, e não no local da produção. Com isso, a arrecadação fica na região onde está o consumidor, e não na sede da empresa, o que redistribui a carga.

Haverá legislação única em todo o país para os **tributos** criados pela reforma e fim da cobrança em cascata: todo insumo tributado gera crédito para empresa que comprou.

As novas alíquotas serão calibradas para manter a carga tributária sobre o consumo. A alíquota do IBS é estimada em 25% (percentual médio que já é pago hoje).

O sistema conhecido como IVA (Imposto sobre Valor Agregado) é utilizado em cerca de 170 países, incluindo a maior parte da Europa e da América Latina.

Para evitar perda de arrecadação para estados e municípios, haverá uma transição de 40 anos.

O relatório também pode tratar de **tributos** sobre patrimônio, por exemplo, com a cobrança de IPVA sobre veículos aquáticos e aéreos.

# Fundo monetário da Amazônia



Criada em 1967 e com validade assegurada até 2073, a Zona Franca concede benefícios fiscais para indústrias instaladas na região  
Márcio Gallo/Suflama



A criação do FMI da Zona Franca estimulará a educação e a promoção da bioeconomia

## RAFAELA GONÇALVES

Manaus - Na tentativa de encontrar uma solução para o impasse sobre a manutenção da Zona Franca de Manaus (ZFM) na **reforma tributária**, o Centro da Indústria do Estado do Amazonas (Cieam), ligado à Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (FIEAM), entregou ao grupo de trabalho um relatório com propostas para a região na nova legislação. Além de defender a manutenção de um tratamento tributário favorecido, o setor enviou um projeto para a criação de um Fundo Constitucional da Bioeconomia, apelidado de "FMI da Amazônia".

A ideia é de que o montante seja composto por recursos arrecadados com CBS e IBS, no caso da adoção de um IVA dual (dois **impostos** sobre valor agregado), conforme sugere a PEC 110/2019. O relator da reforma na Câmara, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), confirmou que apresentará o relatório do projeto amanhã e existe a expectativa de que o texto incorpore alguma solução para a Zona Franca.

A região é atualmente beneficiada com incentivos fiscais baseados em quatro **tributos** que serão extintos com a reforma: os federais PIS, Cofins e IPI e o ICMS, imposto estadual. O fundo seria uma alternativa ao mecanismo de "cashback", que está sendo avaliado para que se devolva às empresas, em dinheiro, o valor que hoje elas possuem na forma de benefício tributário.

Segundo o professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e coordenador do estudo Zona Franca de Manaus: Impactos, Efetividade e Oportunidades, Márcio Holland, a alternativa leva em consideração os aprendizados do Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF), mas sem a "ingerência" da União. A composição teria como base o orçamento do estado do Amazonas, além de futuros aportes da iniciativa privada.

"Não se está discutindo apenas a **reforma tributária**; precisamos pensar na agenda da região em geral. O "FMI da Amazônia" poderia organizar os recursos derivados dos vários fundos estaduais, nos recursos da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), de P D e no percentual da arrecadação do IBS. Seria constitucional e de difícil contingenciamento, se capitalizado com efetividade e boa estrutura de governança", afirmou Holland.

A alternativa surge em meio à garantia do governo de não causar "mudanças traumáticas" na região, conforme declarou o secretário extraordinário da **reforma tributária** do Ministério da Fazenda, Bernard Appy. De acordo com a proposta, o fundo poderia ser utilizado inicialmente, somente para ressarcir os atuais contratos concedidos pelos estados para a subvenção de investimentos, como é o caso da Zona Franca.

Criada em 1967 e com validade assegurada até 2073, a Zona Franca concede benefícios fiscais para indústrias instaladas na região, com o objetivo de fomentar empregos e gerar renda na Amazônia.

Só para este ano, a renúncia de **impostos** federais para a região e áreas de livre comércio deve passar de R\$ 35 bilhões. A efetividade do modelo de incentivo foi alvo de críticas em relatório divulgado no último mês pelo Banco Mundial.

Receita

Segundo o presidente do Conselho Superior do

Cieam, empresário Luiz Augusto Rocha, apenas 31,3% da arrecadação federal no Amazonas retorna em forma de transferência de receita para o estado. "Muito se fala de isenção na Zona Franca, mas nós pagamos **impostos** sim e este não é um modelo de isenção, são benefícios e compensações para potencializar a nossa competitividade. A Zona Franca não será empecilho na reforma, as empresas também desejam o aperfeiçoamento do caótico sistema tributário, mas precisamos manter a vantagem comparativa", afirmou Rocha, ao rebater críticas.

"Há uma percepção, talvez decorrente do desconhecimento, que gera falta de compreensão do país de que o nosso concorrente não é a indústria do Sudeste ou outras regiões no Brasil, mas sim outros países. É desta competitividade que estamos falando", disse Rocha, sobre a expectativa de que outros estados seriam beneficiados com o fim da Zona Franca.

O presidente do Cieam destacou ainda que o tratamento tributário diferenciado é importante para o desenvolvimento do potencial regional.

"Precisamos pensar na Amazônia brasileira como um grande ativo nacional e não como um santuário. O modelo da Zona Franca foi um importante marco para a preservação da região e é com a diversificação produtiva que seremos capazes de interiorizar o desenvolvimento, melhorar a qualidade de vida da população, estimular a educação e promover a bioeconomia", declarou.

#### Infraestrutura

Doutor em engenharia de transportes, o professor associado da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Augusto Rocha, avalia que o maior gargalo para o desenvolvimento econômico da região amazônica é a falta de infraestrutura e não os problemas de logística.

"Estamos olhando para o problema errado, não há problema de logística na Amazônia, só há uma carência histórica de infraestrutura. Sempre que falamos sobre logística há a impressão de ser um problema transportador muito grande, mas de uma forma ou de outra ela acontece", afirmou.

Rocha destacou o motivo da deficiência histórica: "Se faz um manto verde para que não se faça rodovias na Amazônia, que muitas vezes demonstra uma preocupação ambiental falsa.

A região acaba sendo impedida de se desenvolver enquanto se mantém o extrativismo. São equívocos do passado como a Transamazônica, que nunca foi

concluída, que não podem ser repetidos." Segundo o pesquisador, a melhoria da infraestrutura seria a grande solução para os problemas da região e talvez assim não seria necessária a manutenção do modelo da Zona Franca de Manaus. "Não tem que fazer reforma para acabar com a Zona Franca, invista em infraestrutura que essa vantagem competitiva não será mais necessária", disse.

\*A repórter viajou a convite do Cieam

#### Site:

<https://edicao.correio braziliense.com.br/correio braziliense/2023/06/05/all.pdf>

# Hora de avançar na reforma tributária (Editorial)

Com a aprovação do arcabouço fiscal, a Câmara deve finalmente dar andamento à **reforma tributária**, assunto que é debatido há anos na Casa. O relator, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), pretende apresentar um relatório com as diretrizes da proposta nos próximos dias, mas o substitutivo que irá a votação só será divulgado depois disso. A ideia é submeter o texto ao plenário antes do recesso parlamentar, um cronograma que parece muito otimista diante dos numerosos interesses que um texto digno de ser chamado de reforma deva endereçar.

O coordenador do grupo de trabalho que discute o tema, Reginaldo Lopes (PT-MG), já adiantou que os setores de saúde, educação e transporte coletivo poderão contar com uma alíquota reduzida no Imposto sobre Valor Agregado (IVA), que deve substituir vários **tributos** que hoje incidem sobre o consumo.

Aventa-se a possibilidade de privilegiar, também, produtos do agronegócio.

Considerando que nem Ribeiro nem Lopes são deputados inexperientes, é de perguntar o que pretendem com as sinalizações que têm dado sobre os rumos da **reforma tributária**. A divulgação de um parecer com diretrizes gerais, antes do texto que será votado em plenário, soa como diversionismo para não enfrentar de uma vez os conhecidos dissensos da reforma. Já a admissão de que alguns setores terão alíquotas diferenciadas abre a porteira para que todos defendam privilégios para si mesmos.

Reportagens do Estadão têm mostrado a batalha que ocorre nos bastidores da atuação do grupo de trabalho.

Empresários de segmentos com direito à desoneração da folha de pagamento querem que a manutenção do benefício seja incluída na proposta - embora esta etapa da reforma nem sequer trate de encargos sobre salários dos funcionários.

No lugar da devolução de **impostos** pagos pela parcela mais vulnerável da população, representantes de supermercados pleiteiam a manutenção da isenção generalizada dos itens da cesta básica, uma política pública cara, sem foco e que atinge até as camadas mais abastadas da sociedade.

Governadores e prefeitos, por sua vez, defendem o IVA Dual, ou seja, um que unifique os **tributos** da União, como PIS, IPI e Cofins, e outro que una os **impostos** estaduais e municipais, como ICMS e ISS. "O que será realmente a autonomia de um governador? Qual é a função de uma Assembleia Legislativa?"

Em nome de uma **reforma tributária**, você não pode matar a Federação, concentrar todos os poderes nas mãos de um comitê", criticou o governador de Goiás, Ronaldo Caiado.

Todas estas demandas são legítimas e não são nenhuma novidade. Nos últimos anos, os debates no Congresso provaram só haver consenso sobre a necessidade de uma reforma para substituir um sistema que se tornou completamente disfuncional ao longo dos anos.

Cada setor, no entanto, quer ter direito a um tratamento especial, justamente a origem do que levou ao manicômio tributário atualmente em vigor. Subsídios, regimes diferenciados e guerras fiscais evidenciam essa prática que, de exceção em exceção, dinamitou as bases do sistema como um todo.

Apesar das dificuldades, há um clima favorável à aprovação de uma **reforma tributária** ampla como há muito não havia. Diferentemente da proposta de fatiamento defendida pelo então ministro da Economia, Paulo Guedes, durante a administração de Jair Bolsonaro, sabiamente, ao menos neste tema, o governo Lula decidiu não bater de frente com o Congresso. A reforma conta com o apoio do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG). O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, teve reconhecido seu papel como interlocutor e articulador nas pautas econômicas de interesse do Executivo.

São os detalhes e as exceções, porém, que podem fazer o texto naufragar, e é preciso enfrentá-los com pulso firme. A tramitação do texto será um novo teste à liderança de Haddad, que, em sintonia com o relator do parecer e as lideranças do Congresso, terá o desafio de arregimentar o maior apoio político possível sem deturpar os princípios da proposta. É obrigação do governo não deixar esta rara oportunidade passar.

**Notícias Relacionadas:**

O ESTADO DE S. PAULO

Hora de avançar na reforma tributária.

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Produtividade cai quase 1% ao ano há 3 décadas; indústria quer nova política

**CLEIDE SILVA**

Nos últimos 27 anos, a produtividade da indústria de transformação brasileira caiu quase 1% ao ano, em média. Isso significa que, se em 1995 cada hora trabalhada no Brasil gerava R\$ 45,50 em produtos, no final do ano passado eram apenas R\$ 36,50 por hora trabalhada. E, segundo especialistas, não há, à vista, nenhuma medida em discussão para mudar esse quadro.

Ao longo desse período, em 11 anos ocorreram melhoras em relação ao ano anterior, mas a média durante essas quase três décadas é negativa em 0,9%. "Para um país se tornar competitivo, ganhar mercado interno e exportar, tem de melhorar sua produtividade", diz o economista Fernando Veloso, coordenador do Observatório da Produtividade Regis Bonelli, do FGV Ibre.

Responsável pelo estudo que mostra a produtividade por horas trabalhadas na indústria de transformação, Veloso ressalta que uma maior produtividade eleva a competitividade da empresa, os trabalhadores produzem mais, os preços dos produtos caem seguindo a redução dos custos, e as vendas e as exportações aumentam.

## TERMÔMETRO EM DESUSO.

Analistas e empresários lamentam que esse importante termômetro de desenvolvimento econômico de um país praticamente não apareça em recente artigo do presidente Lula e do vice-presidente Geraldo Alckmin publicado no Estadão.

No texto, eles introduzem a visão do governo para a neointustrialização e afirmam que "a indústria será o fio condutor de uma política econômica voltada para a geração de renda e de empregos mais intensivos em conhecimento e de uma política social que investe nas famílias".

A indústria de transformação é responsável pela produção de roupas, alimentos, eletroeletrônicos, metais, aviões, veículos e máquinas industriais, entre vários outros bens de consumo.

Apesar do alento em verem que o novo governo demonstra preocupação com o setor, empresários e

analistas dizem que é urgente a criação de uma política votada à produtividade industrial para brejar a "desidratação do setor", conforme diz o presidente executivo da Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim), André Passos Cordeiro.

"Já perdemos muitos setores importantes por falta de atenção à indústria como bloco, e é importante o sinal do novo governo de que se importa com isso, mas é preciso ir além", diz Cordeiro. Para ele, o Brasil se preocupou, corretamente, em dar competitividade ao agronegócio, mas não fez o mesmo com a indústria nos últimos anos.

## CONTRASTE COM O AGRO.

O Observatório da Produtividade mostra esse contraste em seu estudo. Em 1995, a produtividade por hora trabalhada na agropecuária era de R\$ 5,90, valor que foi a R\$ 25,50 no encerramento do ano passado (ver gráficos acima). Ao longo desses anos, em apenas três deles a variação registrou queda, sempre recuperada no período seguinte. Em média, o setor da agropecuária cresceu 5,5% anualmente.

"A agropecuária continua subindo muito, e a indústria está caindo", diz Veloso. Segundo ele, a agropecuária brasileira é competitiva, tem muita inovação, exporta e importa bastante, ou seja, é um setor conectado com a economia global. "Seria muito importante para a indústria seguir os caminhos que a agropecuária vem seguindo há algumas décadas; é o que os países chamados de tigres asiáticos fazem." Veloso ressalta que a **reforma tributária** deve contribuir para a melhora da competitividade da indústria local, mas outras políticas específicas são necessárias. Também é preciso investir no capital humano.

"Principalmente com o avanço da Inteligência Artificial (IA) e o uso mais intensivo de robôs na indústria, os trabalhadores precisam ter mais escolaridade, mais treinamento do que tinham no passado, porque a indústria está usando essas ferramentas tecnológicas com muita intensidade, e a necessidade de qualificação está aumentando", diz Veloso.

## Notícias Relacionadas:

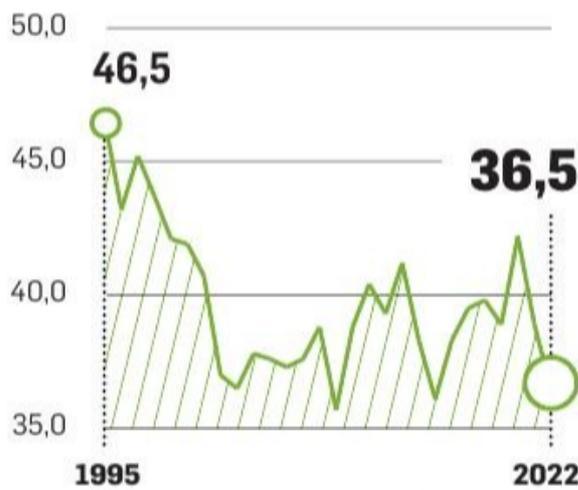
PORTAL UOL  
Produtividade cai quase 1% ao ano há 3 décadas; indústria quer nova política

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

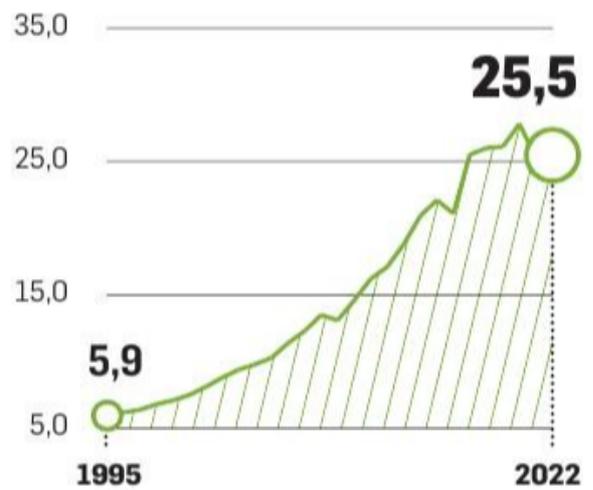
## DESEMPENHOS OPOSTOS

Quanto uma hora trabalhada gera de produtos em reais (R\$)

### Indústria da transformação



### Agropecuária



FONTES: CONSERVATÓRIO DA PRODUTIVIDADE REGIS BONELLI DO FGV/IBRE / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

# Soluções para manutenção da Zona Franca de Manaus na reforma tributária

**Rafaela Gonçalves**

Manaus - Na tentativa de encontrar uma solução para o impasse sobre a manutenção da Zona Franca de Manaus (ZFM) na **reforma tributária**, o Centro da Indústria do Estado do Amazonas (Cieam), ligado à Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (FIEAM), entregou ao grupo de trabalho um relatório com propostas para a região na nova legislação. Além de defender a manutenção de um tratamento tributário favorecido, o setor enviou um projeto para a criação de um Fundo Constitucional da Bioeconomia, apelidado de FMI da Amazônia .

A ideia é de que o montante seja composto por recursos arrecadados com CBS e IBS, no caso da adoção de um IVA dual (dois **impostos** sobre valor agregado), conforme sugere a PEC 110/2019. O relator da reforma na Câmara, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), confirmou que apresentará o relatório do projeto amanhã e existe a expectativa de que o texto incorpore alguma solução para a Zona Franca.

A região é atualmente beneficiada com incentivos fiscais baseados em quatro **tributos** que serão extintos com a reforma: os federais PIS, Cofins e IPI e o ICMS, imposto estadual. O fundo seria uma alternativa ao mecanismo de cashback , que está sendo avaliado para que se devolva às empresas, em dinheiro, o valor que hoje elas possuem na forma de benefício tributário.

Segundo o professor da Fundação Getulio Vargas (FGV) e coordenador do estudo Zona Franca de Manaus: Impactos, Efetividade e Oportunidades, Márcio Holland, a alternativa leva em consideração os aprendizados do Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF), mas sem a ingerência da União. A composição teria como base o orçamento do estado do Amazonas, além de futuros aportes da iniciativa privada.

Não se está discutindo apenas a **reforma tributária**; precisamos pensar na agenda da região em geral. O FMI da Amazônia poderia organizar os recursos derivados dos vários fundos estaduais, nos recursos da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), de P&D e no percentual da arrecadação do IBS. Seria constitucional e de difícil contingenciamento, se capitalizado com efetividade e boa estrutura de

governança , afirmou Holland.

A alternativa surge em meio à garantia do governo de não causar mudanças traumáticas na região, conforme declarou o secretário extraordinário da **reforma tributária** do Ministério da Fazenda, Bernard Appy. De acordo com a proposta, o fundo poderia ser utilizado inicialmente, somente para ressarcir os atuais contratos concedidos pelos estados para a subvenção de investimentos, como é o caso da Zona Franca.

Criada em 1967 e com validade assegurada até 2073, a Zona Franca concede benefícios fiscais para indústrias instaladas na região, com o objetivo de fomentar empregos e gerar renda na Amazônia. Só para este ano, a renúncia de **impostos** federais para a região e áreas de livre comércio deve passar de R\$ 35 bilhões. A efetividade do modelo de incentivo foi alvo de críticas em relatório divulgado no último mês pelo Banco Mundial.

Receita

Segundo o presidente do Conselho Superior do Cieam, empresário Luiz Augusto Rocha, apenas 31,3% da arrecadação federal no Amazonas retorna em forma de transferência de receita para o estado. Muito se fala de isenção na Zona Franca, mas nós pagamos **impostos** sim e este não é um modelo de isenção, são benefícios e compensações para potencializar a nossa competitividade. A Zona Franca não será empecilho na reforma, as empresas também desejam o aperfeiçoamento do caótico sistema tributário, mas precisamos manter a vantagem comparativa , afirmou Rocha, ao rebater críticas.

Há uma percepção, talvez decorrente do desconhecimento, que gera falta de compreensão do país de que o nosso concorrente não é a indústria do Sudeste ou outras regiões no Brasil, mas sim outros países. É desta competitividade que estamos falando , disse Rocha, sobre a expectativa de que outros estados seriam beneficiados com o fim da Zona Franca.

O presidente do Cieam destacou ainda que o tratamento tributário diferenciado é importante para o desenvolvimento do potencial regional. Precisamos pensar na Amazônia brasileira como um grande ativo nacional e não como um santuário. O modelo da Zona

Franca foi um importante marco para a preservação da região e é com a diversificação produtiva que seremos capazes de interiorizar o desenvolvimento, melhorar a qualidade de vida da população, estimular a educação e promover a bioeconomia , declarou.

#### Infraestrutura

Doutor em engenharia de transportes, o professor associado da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Augusto Rocha, avalia que o maior gargalo para o desenvolvimento econômico da região amazônica é a falta de infraestrutura e não os problemas de logística. Estamos olhando para o problema errado, não há problema de logística na Amazônia, só há uma carência histórica de infraestrutura. Sempre que falamos sobre logística há a impressão de ser um problema transportador muito grande, mas de uma forma ou de outra ela acontece , afirmou.

Rocha destacou o motivo da deficiência histórica: Se faz um manto verde para que não se faça rodovias na Amazônia, que muitas vezes demonstra uma preocupação ambiental falsa. A região acaba sendo impedida de se desenvolver enquanto se mantém o extrativismo. São equívocos do passado como a Transamazônica, que nunca foi concluída, que não podem ser repetidos.

Segundo o pesquisador, a melhoria da infraestrutura seria a grande solução para os problemas da região e talvez assim não seria necessária a manutenção do modelo da Zona Franca de Manaus. Não tem que fazer reforma para acabar com a Zona Franca, invista em infraestrutura que essa vantagem competitiva não será mais necessária , disse.

\*A repórter viajou a convite do Cieam

#### Notícias pelo celular

Receba direto no celular as notícias mais recentes publicadas pelo Correio Braziliense . É de graça. Clique aqui e participe da comunidade do Correio , uma das inovações lançadas pelo WhatsApp .

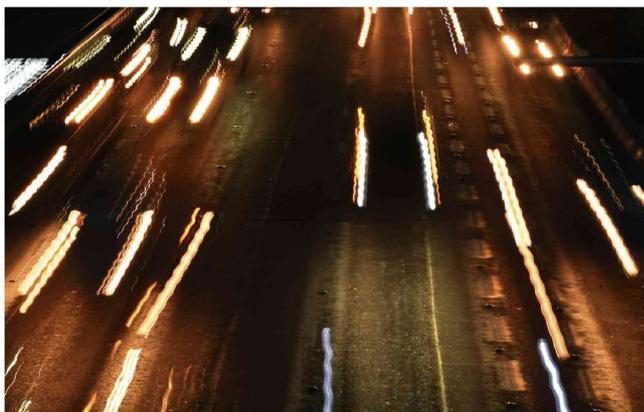
#### Dê a sua opinião

O Correio tem um espaço na edição impressa para publicar a opinião dos leitores. As mensagens devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome, endereço e telefone para o e-mail [sredat.df@dabr.com.br](mailto:sredat.df@dabr.com.br).

#### Site:

<http://www.correio braziliense.com.br/economia/2023/06/5099528-solucoes-para-manutencao-da-zona-franca-de-manaus-na-reforma-tributaria.html>

# Desconto em carro popular beneficiará mais as montadoras



Trânsito volta ao nível pré-pandemia. Avenida 23 de Maio entre o viaduto Jacquiel e o parque do Ibirapuera. Foto: Renato G. de Sá/Poligon

**Rafael Balago**

São Paulo O plano para baixar o preço dos carros anunciado pelo governo Lula (PT) deve beneficiar mais as montadoras e locadoras do que o cliente final, avalia Emilson Sales, presidente da Fenauto, entidade que representa concessionárias de carros usados.

"Se o governo quiser resolver o problema das montadoras, dá isenção de imposto. Agora, se quiser resolver o problema do consumo, precisa recuperar a capacidade de renda do brasileiro e facilitar o crédito. A taxa de juros está alta, os bancos têm medo de inadimplência.

Vai baratear o carro em 3%, mas se o cara continua sem dinheiro e sem crédito, não vai comprar o carro", avalia.

Sales aponta que, atualmente, mais de 50% dos carros novos são comprados por locadoras e frotistas. "Eles pagam o IPVA mais barato [ao comprar] e na hora de vender, pagam menos **impostos** porque chamam isso de desmobilização de frota. Já o setor de [concessionárias de] seminovos paga ICMS cheio", questiona.

O presidente da Fenauto diz que o anúncio do plano pelo governo deixou lojistas e consumidores confusos, por não detalhar como a redução de **impostos** funcionará na prática.

"Vocês [da imprensa] ficam perdidos, eu fico perdido. A gente não sabe explicar para o consumidor. Não existem parâmetros para fazer estudos do impacto nos preços. Não existe detalhamento, existe um anúncio e

isso é muito vago. As concessionárias ficam reféns. Se o cara chegar lá hoje e disser "já quero deixar a palavra para compra de um carro com desconto", qual o preço? Não tem", diz.

Em 25 de maio, o governo anunciou um plano para reduzir o preço dos carros populares novos por meio do corte de **impostos**. As reduções nos preços finais vão variar de 1,5% a 10,96% - os descontos serão maiores para os modelos mais baratos. Além do preço, dois outros fatores serão levados em conta para determinar o tamanho do desconto: a eficiência energética do motor e o nível de produção nacional adotado em cada modelo.

No entanto, o governo ainda não explicou como os critérios serão aplicados nem a data exata em que os descontos entrarão em vigor. Na data do anúncio, foi informado que o detalhamento da medida seria feito em até 15 dias.

Nos primeiros dias após o anúncio, os revendedores filiados à Fenauto relataram terem notado pouco impacto nas vendas. A entidade reúne dados semanalmente, e espera ter um retrato mais claro dos impactos quando apurar os dados totais desta semana.

O mercado de usados começou 2023 em alta. Após uma queda em 2022, o setor comercializou 4,39 milhões de veículos até abril, segundo dados da Fenabrave (Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores). No mesmo período do ano passado, o total foi de 4,2 milhões, 4,15% a menos.

Já a venda de veículos novos teve queda depois do anúncio do governo. Os emplacamentos caíram cerca de 30% no período de 25 a 30 de maio, na comparação com o mesmo período de abril, mostram dados de mercado obtidos pela Folha. De 25 a 30 de abril, foram licenciados 47.815 veículos no país. Já de 25 a 30 de maio, o total foi de 33.417,30,1% a menos.

Sales avalia que o impacto do plano do governo nos preços dos usados deve se dar com mais força nos seminovos, categoria dos modelos com até três anos de uso, mas diz que ainda não é possível fazer uma estimativa segura de quanto será a queda.

O presidente da entidade explica que o preço dos

usados é definido por mais variáveis do que o dos novos. "No mercado de carros zero, montadoras e concessionárias definem o preço dentro de suas margens de negociação. Você vai em três concessionárias e verá carros iguais, nas mesmas condições. Já cada carro usado é diferente do outro, por ter quilometragens diferentes, estado de conservação variado, e isso impacta cada negociação", compara.

# Mais R\$ 30 bi nos cofres



**Manoel Ventura**

O governo federal prepara medidas que podem aumentar em cerca de R\$ 30 bilhões a arrecadação anual com empresas exportadoras, principalmente do setor de petróleo. As mudanças vão beneficiar estados e municípios produtores da commodity e colocam o país em linha com normas da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Além disso, chegam em um momento em que o Ministério da Fazenda precisa aumentar a arrecadação para cumprir as metas de resultado das contas públicas presentes no arcabouço fiscal - para 2024, o plano é zerar o déficit. No setor de petróleo, as alterações vão ocorrer em duas frentes: pela **Receita Federal** e pela Agência Nacional do Petróleo (ANP).

Em uma dessas iniciativas, o Fisco trabalha em novos critérios para calcular o preço do petróleo exportado para fins de cobrança de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) das petroleiras que atuam no Brasil. Como parte da receita virá do IRPJ, o valor será compartilhado com estados e municípios.

Até agora, a Receita usava apenas um preço de referência calculado pela Agência Nacional do Petróleo (ANP) como parâmetro para cobrar os **impostos**. O petróleo nacional era tributado considerando essa referência, mas costumemente vendido a valores maiores no mercado internacional.

Além disso, o Fisco também avalia que as empresas vendem petróleo para subsidiárias fora do Brasil e revendem em seguida por um valor mais alto a outros

compradores.

Dessa forma, a empresa acaba tendo um lucro não tributado, na visão da Receita.

Agora, outros critérios serão colocados na conta, para deixar a tributação mais próxima do valor que é realmente arrecadado pelas empresas.

Para isso, a Receita vai abrir negociações com as petroleiras para ter acesso a uma base mais real dos valores do petróleo vendido ao mercado internacional.

Ao fazer esse trabalho de forma conversada, a Receita evita litígio para obrigar o setor a abrir notas fiscais, por exemplo, além de multas.

Isso está sendo possível por causa de uma medida provisória (MP) já aprovada pelo Congresso Nacional que trata dos chamados preços de transferências internacionais. A MP estabeleceu critérios para fixação de preços usados em transações entre empresas de um mesmo grupo, a fim de alinhar as normas locais aos padrões da OCDE contra evasão fiscal e paraísos fiscais.

A regra geral da MP dos preços de transferência entra em vigor em janeiro de 2024, mas a Receita pode negociar com as companhias para antecipar a aplicação da norma especificamente para o setor de petróleo. As conversas com a Petrobras já começaram.

Procurada, a empresa não se manifestou. O mesmo diálogo pode ser travado com outras petroleiras.

## MAIS PRÓXIMO DO BRENT

O governo espera arrecadar R\$ 25 bilhões ao ano com a medida, valor que virá majoritariamente do setor de petróleo, de acordo com integrantes da equipe econômica.

A outra frente relacionada ao petróleo está na ANP, a agência reguladora do setor. O órgão trabalha num novo preço de referência mínimo para o petróleo nacional, maior que os valores praticados atualmente.

Os governos cobram royalties e participações especiais sobre o petróleo tendo esse preço como parâmetro.

Por isso, uma das consequências desse novo preço

deve ser o aumento da arrecadação de União, estados e municípios, mas não deve haver impactos sobre os combustíveis -já que se trata de uma discussão sobre o óleo cru.

No modelo em discussão na ANP, isso levaria a uma alta de quase 6% ao ano na arrecadação da União, estados e municípios produtores com royalties e participações especiais.

Em 2024, seria uma alta de R\$ 6,3 bilhões, por exemplo, valor dividido entre as regiões produtoras, de acordo com cálculos da própria agência.

Assim como ocorre na Receita, os royalties e participações não são cobrados considerando o real valor de venda do petróleo e sim um preço de referência. Esse preço é calculado tendo como base as médias mensais das cotações do petróleo de referência (tipo Brent) e de derivados (leves, médios e pesados), ao qual se incorpora um deságio pelo teor de contaminantes (enxofre, acidez e nitrogênio) presentes no produto.

O que a ANP discute é reduzir esse desconto, deixando o preço de referência mais próximo do valor do Brent.

Entre outros motivos, porque o teor de enxofre presente no óleo brasileiro é mais baixo do que o modelo de precificação da ANP. Na prática, o valor do barril é mais alto do que o preço de referência do órgão regulador.

#### "CORRIGIR DISTORÇÕES"

O Ministério da Fazenda defende a mudança. Em ofício dirigido à ANP, o secretário de Reformas Econômicas da pasta, Marcos Barbosa Pinto, afirma que a legislação estabelece que as participações governamentais devem ser recolhidas como uma proporção do valor efetivo da produção e, por isso, é necessário "corrigir distorções".

"São públicos e notórios os esforços que têm sido envidados pelo governo federal no sentido de dar a devida sustentabilidade fiscal ao Estado brasileiro, tanto por meio do controle das despesas, quanto pelo lado das receitas, por meio da revisão de desonerações fiscais e promoção de outras iniciativas com vistas ao recolhimento na proporção justa dos **tributos** e demais encargos devidos à sociedade brasileira", afirma o secretário.

O diretor de pesquisa em exploração e produção da consultoria Wood Mackenzie, Marcelo de Assis, afirma que o governo quer capturar a diferença entre o preço do petróleo que sai do Brasil e aquele que é

efetivamente vendido para o comprador final.

- Por aspectos técnicos, muitas vezes tem a oscilação dos preços e a ANP não captura essa oscilação -diz. - Não deve afetar o negócio. Para fazer o negócio no Brasil elas (as petroleiras) devem incluir ou considerar essa margem de trading. Vai ter uma redução da rentabilidade do negócio no Brasil, o preço mínimo (de referência) não vai ser tão alto.

R\$ 25 bilhões

É quanto o governo prevê arrecadar com regra para exportadoras

6% a mais

É quanto deve subir a receita com novo critério a ser adotado pela ANP

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Ministros julgam teses de PIS e Cofins com impacto de R\$ 142 bi



"O Supremo Tribunal Federal tem realçado a pujante capacidade contributiva desses contribuintes"  
*Dias Toffoli*

**Beatriz Olivon De Brasília**

O Supremo Tribunal Federal julga, no Plenário Virtual, duas discussões sobre PIS e Cofins que, juntas, podem impactar em R\$ 142 bilhões os cofres da União. Uma trata da tributação de receitas financeiras dos bancos. A outra da incidência das contribuições sociais sobre os valores de prêmios de seguros. Em ambos os julgamentos, que terminam no dia 12, o placar está empatado.

A tese mais valiosa é a que envolve as receitas financeiras (juros, por exemplo) de instituições financeiras - está entre as cinco causas tributárias de maior valor, de acordo Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2023. O impacto é estimado em R\$ 115 bilhões pela União. Mas a Federação Brasileira de Bancos (Febraban) defende um valor bem menor, de R\$ 12 bilhões.

Por enquanto, há dois votos, um pela tributação e um contrário.

Os ministros vão definir, em repercussão geral, se todas as instituições financeiras deveriam ter recolhido o PIS e a Cofins sobre todas as receitas no período entre 2000 e 2014. Estão sendo analisados três recursos - um deles envolve o Santander (RE 609096).

A tese discute esse período porque em 2014 foi

editada a Lei nº 12.973, que passou a prever a tributação pelo PIS e Cofins sobre todas as receitas da atividade empresarial e, a partir daquele ano, as instituições passaram a recolher os **tributos** também sobre as receitas financeiras.

As empresas contestam, no julgamento, a Lei nº 9.718, de novembro de 1998, que teria alargado a base de cálculo das contribuições sem que houvesse autorização da Constituição. Advogados afirmam que o sinal verde para a ampliação veio apenas com a Emenda Constitucional nº 20, de dezembro de 1998. Ainda assim, o governo não editou uma lei ordinária para operacionalizar a medida - o que teria ocorrido apenas em 2014.

O julgamento foi iniciado no ano passado. O relator dos processos, ministro Ricardo Lewandowski, deu razão à tese das instituições financeiras de que têm direito a recolher as contribuições sobre uma base menor do que a pretendida pela União, até a Emenda Constitucional nº 20, de 1998.

Na sexta-feira, a questão foi retomada com o voto-vista do ministro Dias Toffoli. Nele, afirma que é comum se encontrarem alegações de que as instituições financeiras estão sujeitas à alíquota diferenciada de CSLL (maior) e, portanto, seria inconstitucional aplicar o conceito de faturamento utilizado para o PIS e a Cofins, que também possuem alíquotas diferenciadas, em razão de resultarem em carga tributária elevada. Mas, para ele, não existem razões para acolher argumentações desse tipo.

"O Supremo Tribunal Federal, ao assentar a constitucionalidade de tais alíquotas diferenciadas, tem realçado não só as disposições constitucionais que permitem a tal diferenciação, mas também a pujante capacidade contributiva desses contribuintes", afirma Toffoli, acrescentando que a noção de faturamento contida na Constituição, no contexto das instituições financeiras, sempre refletiu a receita bruta como operacional.

No caso envolvendo as seguradoras, o voto-vista para a retomada do julgamento também é do ministro Dias Toffoli. O tema estava suspenso por pedido de vista desde 2016 (RE 400479).

O processo envolve a Axa Seguros e, apesar de não

ter repercussão geral, é relevante por ser o leading case para as seguradoras. Ao se considerar apenas o ano de 2016, o julgamento pode ter um impacto de R\$ 26,9 bilhões, segundo estimativas da época. O processo não aparece mais na lista de riscos fiscais da LDO.

O processo também envolve a Lei nº 9.718, de 1998. Em 2005, o Supremo definiu que, para as seguradoras, o artigo da norma que trata do cálculo do PIS e da Cofins é inconstitucional. Porém, faltou estabelecer quais receitas compõem o faturamento, que é a base das contribuições.

O relator, ministro Cezar Peluso (aposentado), votou em 2009 pela tributação do prêmio das seguradoras.

O ministro Marco Aurélio (aposentado) votou em sentido contrário e foi seguido por Ricardo Lewandowski (aposentado).

Lewandowski indicou que só receitas brutas oriundas da venda de produtos e prestação de serviços podem ser incluídas na base de cálculo, até a edição da Emenda Constitucional nº 20, de 1998.

Dias Toffoli decidiu seguir o relator.

Ele destaca, em seu voto, que a atividade empresarial típica das seguradoras é oferecer contratos de seguro. E no contrato, acrescenta o ministro, o que as seguradoras recebem como contrapartida é justamente o prêmio, que se insere na receita bruta operacional e integra a base de cálculo do PIS e da Cofins.

Contudo, segundo destaca Toffoli em seu voto, não decorrem da atividade empresarial típica das seguradoras as receitas financeiras oriundas das aplicações das reservas técnicas.

Citando o voto de Cezar Peluso, o ministro afirma que é o prêmio que decorre da atividade empresarial típica das seguradoras, e não outras receitas alheias ao desempenho típico - como as financeiras.

"O Supremo Tribunal Federal tem realçado a pujante capacidade contributiva desses contribuintes" Dias Toffoli

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187567>

# Remendo da reforma tributária está nas mãos do Congresso - MAIS ECONOMIA

**Marta Sfredo**

Está confirmada para amanhã a entrega do relatório da **reforma tributária**. O documento elaborado pelo deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB) é o resultado de extenso esforço realizado por um grupo de trabalho ao longo de quatro meses. Desde fevereiro, parlamentares pautam audiências técnicas que envolvem diversos segmentos econômicos, governos estaduais, municipais e assembleias legislativas.

A meta era estabelecer diretrizes com o mais profundo embasamento técnico possível, antes de dar a largada para a tramitação da matéria que tem foco em alterações constitucionais capazes de eliminar as complexidades dos **impostos** sobre o consumo no país.

Simplificação é a palavra de ordem e o entendimento de que, sim, é preciso fazê-la desponta como consenso.

Mas as concordâncias param por aqui. É que existem divisões de difícil resolução entre setores e entes da federação sobre a melhor forma para promover as melhorias desejadas.

O governo federal criou uma secretaria extraordinária específica para o tema e apontou o norte: unificar duas propostas de emenda à Constituição -as PECs 45 e 110, de 2019.

Algumas capitais e setores ainda preferem outra opção mais recente, a PEC 46, que é descartada pelos membros da secretaria, por segregar a cobrança do ISS (municipal) e o ICMS (estadual).

O caminho do meio, que será apresentado amanhã, é o IVA (Imposto sobre Valor Agregado) dual.

Na prática, seria criado um espaço de convivência entre uma Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência federal (que unificaria apenas PIS e Cofins), e o IBS, de caráter subnacional, em substituição ao ICMS (estadual) e ao ISS (municipal), com gestão compartilhada.

Só que a solução está distante de pacificar a questão. Isso ficou evidente ao longo das últimas duas semanas, quando o Rio Grande do Sul foi palco de

programações sobre o tema. Primeiro na Fiergs, com a presença do secretário da reforma, Bemard Appy e, na quinta-feira passada, na Assembleia Legislativa, com o diretor da pasta Rodrigo Orair. E o termômetro gaúcho indica que a febre não cederá.

São muitas críticas e insatisfações, sobretudo, do setor produtivo e das entidades mais ligadas aos serviços. Não bastasse isso, o clima em Brasília, após derrotas do governo

na Câmara (fortalece-se a figura de Arthur Lira, que demanda mais participação de seu bloco político em ministérios) derrete ainda mais afina camada das convergências. Em matérias dessa magnitude e cujos aspectos técnicos deveriam prevalecer sobre os políticos, os indicativos não são bons.

A coluna quis saber mais e consultou parlamentares e pessoas envolvidas na condução do tema. Ouviu a seguinte resposta: "Essa é, e sempre foi, uma reforma do Congresso". Traduzindo: a propagada espinha dorsal da reforma erguida, entre outros elementos, pela unificação de **tributos** e o recolhimento na origem do consumo, servirá de base para que comece a ser moldado um Frankenstein.

A pressa para colocá-lo em pé e a ideia de votar o texto ainda este mês antecipam uma nova queda de braço política. Mas, desta vez, envolve entidades bastante representativas do setor produtivo, alguns poucos, mas fortes governadores, e prefeitos de capitais, dentre as quais Porto Alegre, nas trincheiras.

"Juros penalizam duas vezes a indústria do RS

Com menos capacidade de geração de empregos e constante perda de participação no Produto Interno Bruto (**PIB**), a indústria nacional enfrenta dificuldades. Recém nomeado economista-chefe da Fiergs, Giovanni Baggio reforça que o cenário não começou "ontem" e diz que o setor sofre com juros, **inflação** e **impostos**.

O que falta para a indústria?

O momento é difícil pelo atual contexto da economia. Gera desafios. O mais imediato é a retomada da confiança dos empresários nos rumos da economia, porque isso trava investimentos e contratações. Outro é o patamar dos juros (13,75% ao ano) que impacta o

capital de giro e reduz a demanda interna. Como o RS é produtor de bens de capital (equipamentos e instalações para a produção de outros bens ou serviços), sentimos mais essa conjuntura.

Quais as pautas estruturais?

Uma é o sistema tributário complexo e com carga elevada que diminui a competitividade e a produtividade. Outra é a infraestrutura, porque as condições atuais determinam que os produtos se tornem mais caros. Mas nada disso funcionará sem pessoas qualificadas.

Há luz no fim do túnel?

O sistema tributário precisa mudar. Grandes reformas pedem entendimento de todos: empresas, consumidores e setor público. O amadurecimento de debates longos, a exemplo da reforma da previdência, leva a crer que estamos perto de uma reforma. A indústria gaúcha é duas vezes penalizada pelos juros e o atual sistema. Isso acontece por ser caracterizada pela produção de bens de capital e o atual cenário reduz a produtividade e a venda para outros Estados. O setor sofre com a cumulatividade (imposto sobre imposto) sem a devida restituição de crédito. A reforma que se desenha com a criação de um IVA dual resolveria esse problema, pois simplifica e retira a oneração. Por outro lado, não alivia o peso da carga tributária. Isso só se faz quando o governo controlar as suas contas.

**Site:** <http://flipzh.clicrbs.com.br/jornal-digital/pub/zh/>

# Prefeitos pressionam por desoneração da folha

A equipe econômica do Governo Federal trabalha para barrar a votação de uma medida que reduz a contribuição previdenciária que as prefeituras pagam na folha de salário de seus servidores.

A desoneração foi incluída pelo senador Ângelo Coronel (PSD-BA) no projeto de lei que prorroga por quatro anos a desoneração da folha de pagamentos para 17 setores da economia. O custo da redução de **tributos** para as prefeituras pode chegar a R\$ 11 bilhões aos cofres públicos.

Os valores colocaram em alerta a equipe econômica. A votação do texto quase ocorreu nesta semana, em sessão marcada por forte pressão de prefeitos e sindicalistas.

A medida é considerada um grande "jabuti" pelo governo, com a previsão de perda de receita no momento em que o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, trabalha para aumentar a arrecadação e cortar renúncias fiscais como benefícios tributários para atingir as metas do novo arcabouço fiscal. Pela nova regra, o governo só pode gastar mais se arrecadar mais.

O governo considera que a discussão só deveria ser feita no segundo semestre, no âmbito da **reforma tributária**.

Pela emenda do senador Ângelo Coronel, relator do projeto, a alíquota da contribuição previdenciária sobre a folha das prefeituras cairia de 20% para 8% para municípios com população até 142,6 mil habitantes. Coronel incluiu 3 mil municípios no programa. A proposta tramita na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado de forma terminativa - ou seja, se aprovada, vai diretamente para a Câmara

**Site:** <https://digital.dm.com.br/#!/view?e=20230605&p=1>

# Mercado financeiro volta a olhar para o Brasil com otimismo - MERCADO S/A



**AMAURI SEGALLA**

As últimas semanas provocaram uma reviravolta na percepção do mercado financeiro a respeito da economia brasileira. É evidente que o mau humor deu lugar a uma inesperada onda de otimismo. A surpresa com o resultado robusto do **PIB**, a queda da **inflação**, a provável redução dos juros no futuro próximo e o avanço do arcabouço fiscal - que ao menos coloca algum tipo de freio nos gastos públicos - afastaram o pessimismo com os rumos do país. "Não há razão para que o Brasil não possa crescer de forma agressiva novamente", disse, em entrevista recente, Amer Bisat, especialista em mercados emergentes da BlackRock, a maior gestora do mundo. Na semana passada, a sempre cautelosa gestora Verde Asset, uma das referências do mercado financeiro, promoveu

um evento que ficou marcado pelo otimismo com o cenário macroeconômico brasileiro. Se não houver nenhuma surpresa negativa na política, algo sempre possível em se tratando de Brasil, talvez os bons ventos voltem a soprar por aqui.

**Decolar vai abrir lojas físicas**

A empresa de viagens Decolar deixará de operar apenas no ambiente on-line. Sua meta é abrir lojas físicas no Brasil e na Argentina ainda em 2023. No início, serão exclusivamente pontos próprios, mas o modelo de expansão via franquias, o mais comum no ramo do turismo, não foi descartado. A companhia quer aproveitar o avanço do setor, que pegou emboalo no pós-pandemia. No primeiro trimestre de 2023, as reservas em sua plataforma aumentaram 44% em relação ao mesmo período de 2022.

**Mulheres ocupam só 7% dos cargos de presidência na indústria**

Nos últimos anos, as mulheres conquistaram maior espaço no ambiente corporativo. Alguns segmentos da economia, contudo, continuam avessos à presença feminina. Um estudo do Insper em parceria com o Talenses Group constatou que, em 2022, apenas 7% das indústrias brasileiras eram presididas por mulheres. Para efeito de comparação, o índice - ainda baixo, ressalte-se - é de 20% na área de serviços. O estudo também mostrou que elas ocupam só 11% das vagas nos Conselhos de Administração na indústria.

**Brasil é a bola da vez para a NBA**

No país do futebol, a NBA ganha cada vez mais espaço. No ano passado, as 24 lojas oficiais da liga, localizadas em sete estados brasileiros, receberam 2,5 milhões de visitantes. Atualmente, o Brasil já é um dos três maiores mercados da NBA no mundo - segundo pesquisa da Kantar Ibope Media, 58 milhões de brasileiros acompanham a competição. O interesse é tão grande que há um movimento para trazer times americanos para realizar partidas amistosas em cidades como São Paulo e Rio de Janeiro.

**RAPIDINHAS**

» A Amazon prepara um projeto que tem potencial para revolucionar a indústria das comunicações.

Segundo a agência Bloomberg, a empresa quer oferecer telefonia móvel sem custos para assinantes do Prime, o seu serviço de streaming. Nos Estados Unidos, a Amazon negocia parcerias com companhias como AT T, Verizon e T-Mobile.

» Amazon, Apple, JP Morgan e Samsung. A lista de empresas que proíbem que seus funcionários usem a plataforma de inteligência artificial ChatGPT não para de crescer. O que explica o movimento? As companhias dizem que o sistema facilita o vazamento de dados. O curioso é que a Apple prepara o lançamento de uma plataforma parecida com o ChatGPT.

» A montadora japonesa Toyota vai investir R\$ 160 milhões em melhorias logísticas na fábrica localizada em Sorocaba, no interior de São Paulo. Segundo a empresa, o espaço passará a receber e despachar todos os componentes de veículos da Toyota vendidos no Brasil. A previsão é que as obras sejam concluídas em 2025.

» Por mais que a indústria automotiva mire cada vez mais o desenvolvimento de carros elétricos, estima-se que o mercado levará quatro décadas para substituir a frota em circulação no mundo, estimada atualmente em 1,5 bilhão de veículos. Ou seja: os automóveis a combustão terão longa vida antes de desaparecerem por completo.

50,5 milhões é o total de beneficiários de planos de assistência médica no Brasil. Segundo o Ministério da Saúde, é o maior número desde 2014

"A América Latina como um todo é um verdadeiro foco de atividade no campo da tecnologia financeira.

E o Brasil, claro, é protagonista dessa história" Niall Ferguson, historiador escocês, pesquisador na Universidade de Stanford e aclamado autor de best-sellers globais

**Site:**

**<https://edicao.correio braziliense.com.br/correio braziliense/2023/06/05/all.pdf>**

# Agro é PIB e paga bons dividendos (Artigo)

Se você não viu, eu te conto agora: o **PIB** (Produto Interno Bruto) do primeiro trimestre do ano veio bem acima do esperado pelos analistas de plantão. Enquanto a turma dos bancos e corretoras projetava um crescimento de 3% no período, a realidade trouxe um aumento de 1,9%. Percentualmente, foi uma surpresa positiva (ou um erro de previsão) de 46%.

O grande salto veio da agropecuária nacional. O crescimento do agro nos três meses foi de 21,6%. O maior aumento trimestral do setor desde 1996. A explicação vem principalmente da soja, com sua safra recorde, de uma alta no abate de gado e frango, bem como de aumento na produção de milho.

Agora acabou? Nada disso. De acordo com a CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária), a expectativa para este ano é de safra recorde. A supersafra de milho e soja ajuda a diminuir os custos da produção de proteínas animais (carne bovina, suína e aves), explica a entidade.

É imprescindível que todo avanço na área venha acompanhado de políticas claras de responsabilidade social e ambiental. Um setor essencial para nossa economia não pode continuar sendo notícia no mundo por conta dos astronômicos números relacionados ao desmatamento.

A boa surpresa com o **PIB**, divulgado na quinta-feira(1º), junto a um bom humor nos mercados internacionais, animou as negociações na Bolsa de Valores na quinta e na sexta-feira (2), levando o Ibovespa a recuperar as quedas sofridas de segunda a quarta, fechando a sexta semana consecutiva de alta.

A ação com a maior valorização na sexta-feira veio justamente do agro: a Cosan, gigante da cana-de-açúcar, produtora, principalmente, de açúcar e etanol. Suas ações (CSAN3) saltaram mais de 7% no dia.

No fim de abril, a Cosan aprovou o pagamento de R\$ 800 milhões em dividendos para seus acionistas. O que dava cerca de R\$ 0,43 por ação. É um bom prêmio, pensando que o papel estava sendo negociado na casa dos R\$ 14.

O número chama a atenção, mas há um outro tipo de papel negociado no mercado, ligado diretamente ao agro negócio, que tem pagado bons dividendos para seus investidores: o chamado Fiagro (Fundo de Investimento nas Cadeias Produtivas Agroindustriais).

Lançado no fim de 2021, esse tipo de fundo aplica o dinheiro dos cotistas em ativos de investimentos do agronegócio, sejam de natureza imobiliária rural ou de atividades relacionadas à produção do setor.

Hoje, o Brasil já tem R\$ 12,6 bilhões investidos em Fiagros, de acordo com os dados mais recentes da Anbima (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais). Já são R\$ 2 bilhões a mais do que no fim do ano passado.

O que tem atraído investidores para esse tipo de investimento, além da confiança de que o setor seguirá um ótimo negócio por bastante tempo, é sua capacidade de pagar bons dividendos.

Como o governo quer te incentivar a usar seu dinheiro para financiar a expansão do agronegócio no Brasil, os dividendos pagos por Fiagros são isentos de Imposto de Renda assim como no caso dos FIIs (Fundos Imobiliários).

Aí mora a oportunidade para quem busca diversificação e a chamada renda passiva. Ao compararmos os dez Fiagros e o dez FII que mais pagaram dividendos em maio, segundo levantamento da corretora Órama e pela empresa Economática, vemos que a turma do agro distribuiu mais dinheiro para seus cotistas.

Enquanto o dividend yield (valor pago em dividendos em relação ao preço da cota do fundo) do FII do topo da lista foi, em média, de 1,52% (chegando a 1,78%, para o primeiro do ranking), o dos Fiagros foi de 1,54% (chegando a 1,9%).

Como ainda são poucas as opções de Fiagro, se comparadas com as de fundos imobiliários, é até mais fácil escolher. O principal ponto é entender para que tipo de negócio seu dinheiro será usado e conhecer quem vai administrar esses investimentos pelo fundo.

Enxergar empenho em adaptar a produção às melhores práticas ambientais e sociais dá uma boa pista sobre ser ou não um projeto que mira o longo prazo (para si e para o planeta).

Já que o Brasil segue, infelizmente, com uma economia baseada em exportar matéria-prima e importar bens de valor agregado -como você deve ter aprendido na escola, a onda surfada pelos Fiagros tem tudo para se manter no interesse dos investidores.

# O projeto de um país que pensa pequeno (Editorial)

No embrião do pacote industrial preparado pelo governo, que agita o setor empresarial e movimenta o debate acadêmico, um detalhe chama a atenção: a exigência de conteúdo nacional como uma forma de dar mais competitividade à indústria. No dia 25 de maio, Dia da Indústria, a medida foi anunciada entre as que iriam compor o pacote de incentivo ao setor automotivo, por exemplo.

Como se andar na contramão da economia mundial fosse um diferencial positivo.

Por mais bem-intencionada que possa parecer, a defesa de conteúdo nacional não implica aumento de eficiência e competitividade de nossos produtos diante da concorrência internacional. Pelo contrário.

Num mercado há muito globalizado, que tem no setor automobilístico altamente tecnológico um exemplo bem acabado, a pseudo proteção representada pela obrigatoriedade de fabricação nacional significa, antes de tudo, abrir mão de avanços tecnológicos - que são, estes sim, o verdadeiro diferencial dos produtos que circulam no comércio mundial.

Não há como incentivar competitividade com um olhar voltado apenas ao mercado doméstico. Também não há como elevar a produtividade e a participação no mercado internacional distribuindo subsídios. Ou seja, um programa de subsídios para carros "populares" que incentiva o uso de peças nacionais é equivocado em múltiplas dimensões.

"Por que dar subsídio para a indústria automobilística se ela não consegue exportar o nosso carro?", questionou, com razão, Samuel Pessoa, pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV), em entrevista ao Estadão. "O dia em que a nossa indústria conseguir fazer um carro que compita no mercado internacional, aí vou achar que algum tipo de subsídio ou política vai fazer sentido. Mas essa é uma indústria que está conosco há 60 anos, e tirando um ou outro período relativamente curto, nunca gerou capacidade exportadora." De acordo com dados da Organização Mundial do Comércio, o Brasil, com 1,3% de participação na corrente de comércio, ocupa a 25.<sup>a</sup> posição entre os maiores países exportadores. A soja lidera a lista dos produtos brasileiros mais vendidos, o que não é nenhuma surpresa, pois o agro,

responsável por um terço do nosso **PIB**, é também o motor das exportações e também é, de longe, um dos setores que mais têm investido em tecnologia de ponta, não apenas com desenvolvimento próprio mas, sobretudo, importando tecnologia.

Não é de hoje que o presidente Lula da Silva bate na tecla de que quer fazer o Brasil elevar as vendas de produtos de maior valor agregado. Fala em vender combustíveis ao invés do petróleo cru; produtos industrializados ao invés de matérias-primas. Ora, não é investindo em uma nova versão de reserva de mercado, como parece pretender Lula, que isso vai acontecer. Conteúdo nacional mínimo pode ser extremamente prejudicial se houver erro na dosagem. Foi o que ocorreu com a indústria naval, embora o presidente se recuse a reconhecer.

É senso comum que a preocupação do governo vem em boa hora, pois a desindustrialização precoce do Brasil, se não for interrompida, ameaça consolidar no País a mediocridade da renda média e da baixa produtividade. No entanto, é preciso definir com mais rigor técnico e menos voluntarismo ideológico qual seria o melhor caminho para atingir esse objetivo.

Tome-se o exemplo da anunciada intenção de incentivar a produção de carros ditos "populares". Pouco depois da fanfarra do anúncio, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, tratou de dizer que o programa duraria apenas alguns meses, deixando claro o caráter provisório da medida. Ora, não é com gambiarras como essa que se faz uma política industrial digna de ser levada a sério.

Como lembrou o economista e ex-presidente do Banco Central Armínio Fraga, a indústria tem perdido participação no **PIB** nacional independentemente dos inúmeros benefícios recebidos, com destaque para o crédito subsidiado do BNDES, proteção contra a concorrência estrangeira e incentivos tributários. "Claramente o espectro do desenvolvimentismo fracassado está de volta", diz ele.

O que a economia brasileira precisa com urgência é de um modelo perene de crescimento, pensado com base em nossas capacidades reais e com visão de efeito a longo prazo. Enquanto continuar a pensar pequeno, com medidas provincianas como a do carro "popular", estaremos condenados à mediocridade.

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Dívida bruta é menor do que aparenta nos dados (Artigo)



## Alex Ribeiro

Alex Ribeiro

Principal indicador da solvência do setor público, a dívida bruta do governo geral é menor do que aparenta nas estatísticas oficiais. O Banco Central tentou corrigir o problema com a criação dos depósitos voluntários remunerados dos bancos, mas o sistema não funcionou como esperado.

Agora, trabalha para melhorar a regulamentação, com o envio de um novo projeto de lei ao Congresso Nacional.

O assunto é relevante também para permitir que, no ano que vem, quando estiver em plena operação o nosso sistema de assistência de liquidez, o Banco Central possa fazer uma redução estrutural dos depósitos compulsórios - que são elevados no Brasil e representam um dos pesos nos "spreads" do crédito bancário.

É muito comum os economistas dizerem que a dívida bruta do governo geral do Brasil é muito alta, comparada com a dos demais países emergentes. E realmente é. Pelo dado mais recente, relativo a abril, o débito público, por esse conceito, chegou a elevados 73,2% do Produto Interno Bruto (**PIB**). Em média, os países emergentes, excluindo a China, têm uma dívida bruta de 56,2% do **PIB**, segundo dados do Monitor Fiscal do Fundo Monetário Internacional (FMI)

relativos a posição de dezembro de 2022.

Esse é o dado que tem maior visibilidade perante os investidores, e influencia muito os prêmios de risco cobrados para conceder empréstimos ao governo brasileiro. Mas ocorre que, no caso do Brasil, há um aspecto que nos diferencia de uma boa parte dos países emergentes. Uma boa parte da dívida bruta foi formada há cerca de 15 anos para adquirir dólares para as nossas reservas internacionais. Não deixa de ser uma dívida do governo, mas de outro lado o Banco Central tem um ativo de altíssima liquidez - as reservas internacionais.

Por isso, o natural seria que as reservas internacionais fossem abatidas da dívida bruta.

Em termos práticos, o volume de reservas internacionais, quando contabilizadas em reais, representam um ativo de R\$ 1,638 trilhão, ou 16,1% do **PIB**.

Se as reservas fossem abatidas da dívida bruta, que em reais chega a R\$ 7,457 trilhões, o endividamento brasileiro cairia. Passaria a representar algo como 57% do **PIB**. Ainda alto, porém bem mais próximo da média dos emergentes.

Até por volta de 2011, essa particularidade brasileira era levada em conta por uma boa parte dos investidores, que olhavam sobretudo a dívida líquida como indicador de solvência. A dívida líquida exclui exatamente os ativos do governo, como as reservas e outros fundos. Hoje, a dívida líquida está em 57% do **PIB**.

Mas a dívida líquida foi desmoralizada no governo Dilma, quando o Tesouro fez a injeção de títulos públicos nos bancos federais. Esses papéis eram abatidos da dívida bruta para fins de cálculo da dívida líquida. No fim, se mostraram um bom ativo: a dívida bruta deixou de subir com maior velocidade nos últimos anos justamente porque os bancos públicos quitaram as dívidas com o Tesouro Nacional.

E como os depósitos voluntários entram na história?

A dívida que o Banco Central criou para comprar as reservas foi feita com as chamadas operações compromissadas.

São operações monetárias para enxugar o excesso de liquidez na economia que são lastreadas por títulos públicos. Os depósitos voluntários são outra forma de o Banco Central enxugar o excesso de liquidez na economia, mas não têm o lastro em títulos públicos.

Assim, não afetam a estatística oficiais da dívida bruta.

Dessa forma, para reduzir a dívida bruta, seria preciso substituir as operações compromissadas por depósitos voluntários. Mas, desde que foram criados, em 2021, os depósitos voluntários foram capazes de substituir apenas uma parcela das operações compromissadas. Pelo dado mais recente, de abril, somavam R\$ 96 bilhões, ou 0,9% do **PIB**.

Os depósitos compulsórios não cresceram mais porque eles podem ser feitos apenas pelos bancos. Os bancos, por sua vez, são detentores finais de apenas uma parcela das compromissadas. A maior parte das operações é feita para clientes, sobretudo os fundos de investimento. As operações compromissadas, em abril, somaram o equivalente a 10,6% do **PIB**, e o Banco Central tem valor correspondente a 21,8% do **PIB** em títulos federais para lastrear esse tipo de operação.

Os bancos fazem depósitos voluntários apenas com o seu caixa, que equivale a cerca de 1% do **PIB**. Já os fundos não podem fazer depósitos voluntários diretamente no BC porque não têm conta na autoridade monetária. Por isso, têm que fazer a operação por meio dos bancos, o que significa correr o risco dessas instituições financeiras.

O senador Rogério Carvalho (PT-SE), relator do projeto que criou o depósito voluntário, cobrou do presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, em audiência pública em abril, o encaminhamento de uma solução do problema. Campos Neto se comprometeu a encaminhar em breve. A alternativa ainda não é pública, mas em outros países o problema foi solucionado concedendo aos fundos de investimento acesso direto ao balanço do Banco Central.

A solução é importante também para evitar que a liberação de compulsórios - que hoje somam R\$ 314 bilhões no depósito a prazo, por exemplo - que o Banco Central quer fazer em 2024 não provoque um aumento da dívida bruta.

Alex Ribeiro é repórter especial e escreve quinzenalmente E-mail alex.ribeiro@valor.com.br

Site: <https://valor.globo.com/virador#/edition/187567>

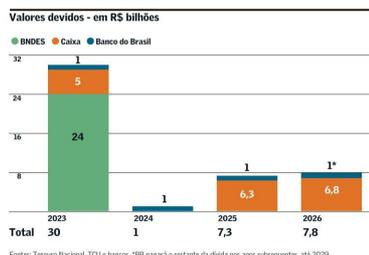
# Caixa e BNDES tentam "esticar" devolução de R\$ 29 bi a Tesouro



Felipe Salto: "O sinal de não devolver quase R\$ 30 bilhões seria muito ruim"

## Devolução de recursos dos bancos à União

TCU considerou operações ilegais e exigiu repasses ao Tesouro



**Guilherme Pimenta e Paula Martini**

Na intenção de ter mais fluxo de caixa, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e a Caixa Econômica Federal tentam junto ao Tesouro Nacional e ao Tribunal de Contas da União (TCU) prolongar a devolução de R\$ 29 bilhões aos cofres do governo federal que está prevista para este ano.

Esses recursos foram repassados aos bancos públicos no passado durante governos petistas, com o objetivo de fortalecer o papel das instituições financeiras. Anos depois desses repasses, o TCU os considerou irregulares e determinou a devolução dos valores, diminuindo os indicadores da dívida pública da União.

Apesar de ainda não haver proposta formal ao TCU e ao Tesouro, os bancos públicos articulam nos bastidores para postergar os repasses previstos até o fim deste ano. A Caixa quer adiar a devolução de R\$5 bilhões, e o BNDES, por sua vez, de R\$ 24 bilhões. Especialistas em contas públicas e autoridades do TCU criticam a movimentação.

Desde o início de sua gestão, a presidente da Caixa, Rita Serrano, tem afirmado que a restituição do montante neste ano pode comprometer a liquidez do banco. A instituição financeira está finalizando o orçamento plurianual para levar uma proposta formal

ao Tesouro e ao TCU. Mais recentemente, o BNDES também solicitou postergar o repasse ao Tesouro, com argumentos semelhantes.

No total, a Caixa tem R\$ 21,1 bilhões para devolver ao Tesouro até 2026, de forma escalonada - a parcela de R\$ 3 bilhões de 2022 foi paga. O banco estuda pedir a prorrogação desse prazo para mais de oito anos. Já o BNDES tem pendente a parcela de R\$ 24 bilhões, que deve ser paga até novembro, para quitar sua dívida.

No ano passado, o banco devolveu R\$ 45 bilhões à União.

O Banco do Brasil ainda precisa restituir R\$ 7,1 bilhões à União nos próximos anos, mas, com alta rentabilidade e lucros recordes, o banco não pedirá revisão de seu cronograma.

O BB pagará R\$ 1 bilhão em 2023 e o restante até 2029.

Membros da equipe econômica dizem nos bastidores que há predisposição em rediscutir o cronograma, desde que as instituições comprovem que o calendário atual pode comprometer a liquidez e os níveis de capital. No ano passado, o Tesouro não cedeu a esses argumentos. Além disso, técnicos do órgão também notam que os dois bancos vão repassar o mínimo de 25% em dividendos este ano para os caixas da União. O BNDES reduziu o repasse de 60% para 25%, enquanto que a Caixa vai manter o percentual do ano passado.

"Isso já dá um certo alívio de fluxo de caixa para os bancos. Estamos praticamente falando da mesma coisa", disse uma fonte. No caso das devoluções de recursos, apesar de os valores não serem computados para fins do resultado primário do governo, eles abatem dívida pública, reduzindo, conseqüentemente, a relação dívida/PIB. Já os repasses dos dividendos entram como receita e contribuem para as intenções do governo de diminuir o déficit público, projetado em R\$ 136 bilhões para 2023.

ANA PAULA PAIVA/VALOR A pedido do Valor, o economista Felipe Salto, sócio da Warren Rena e ex-diretor da Instituição Fiscal Independente (IFI) do Senado, calculou os impactos dos valores na dívida. Sem a devolução da integralidade dos recursos este

ano, haveria impacto de 0,3% no indicador, que em suas estimativas fecharia o ano em cerca de 75,24% do **PIB** (ante 75,5% com os repasses).

Apesar de uma sinalização do Tesouro aos bancos, no TCU o cenário é mais complexo: alguns membros do órgão avaliam que o tribunal já foi claro no passado e determinou, com critérios técnicos, a devolução desses valores em prazos acertados pela antiga gestão do Tesouro Nacional com os próprios bancos públicos no último trimestre do ano passado.

No ano passado, um processo relatado pelo ministro Jorge Oliveira, após pedido do Tesouro, determinou que os bancos deveriam firmar um novo cronograma com a União, acelerando os repasses.

Todos os ministros concordaram com mais celeridade para a devolução, incluindo o atual presidente do TCU, ministro Bruno Dantas.

"Não sei se há interesse e até mesmo motivo em permitir a abertura dessa discussão novamente. Estamos falando de operações que foram consideradas ilegais", disse ao Valor um ministro do tribunal, que também citou o lucro líquido recorrente das instituições no primeiro trimestre deste ano (R\$ 1,7 bilhão do BNDES e R\$ 1,9 bilhão da Caixa). "A situação não é tão complicada assim", afirmou um membro do TCU.

O diretor financeiro do BNDES, Alexandre Abreu, confirmou que ainda não há "nada por escrito", mas disse que existe um "sentimento" de que o Tesouro vai acatar o pleito do banco. Na divulgação dos resultados do primeiro trimestre de 2023, em maio, o diretor de planejamento, Nelson Barbosa, afirmou que a instituição está em "negociação avançada" para prorrogar o pagamento até 2026.

Abreu explicou que a ideia é fazer o pagamento em parcelas, à medida que os empréstimos concedidos com os recursos aportados pelo Tesouro sejam quitados pelos credores. O prazo final, portanto, pode se estender além de 2026. Segundo Abreu e o superintendente de planejamento do BNDES, Gabriel Aidar, o grosso dos pagamentos se encerra até 2030, mas algumas operações de longuíssimo prazo vão até 2040.

"Ainda não há nada por escrito, mas há um sentimento de que vai ser permitido ser pago em parcelas, de acordo com o recebimento dos empréstimos aos quais eles estão vinculados. À medida que os empréstimos forem sendo pagos, nós pagaríamos", disse Abreu.

No ano passado, o banco pagou uma parcela antecipada de R\$ 45 bilhões ao Tesouro Nacional. De

acordo com Abreu, a instituição teve de fazer isso mesmo sem receber pagamentos relativos ao montante.

"Agora, a gente quer que seja feito pelo menos concomitante aos recebimentos das parcelas que foram emprestadas", disse.

O diretor também argumenta que há um "descasamento" na operação devido às diferentes taxas de juros usadas nos empréstimos e nas captações do banco. Os empréstimos do BNDES foram concedidos com a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), mais baixa que a Selic atualmente.

"A devolução antecipada de R\$ 45 bilhões já provocou uma situação em que o banco vai ter que conviver com o resultado negativo da diferença entre Selic e TJLP enquanto durar o período dos empréstimos concedidos com esses recursos. Se eu fizer a devolução dos R\$ 23 bilhões da mesma forma, a situação vai se agravar. São mais R\$ 23 bilhões que estaria pagando de forma descasada", disse.

Apesar de o banco ter registrado lucro recorrente de R\$ 1,7 bilhão no primeiro trimestre e projetar fechar o ano com cerca de R\$ 100 bilhões em desembolsos, patamar próximo ao de 2022, Abreu diz que o dinheiro em caixa é "muito relativo" devido a compromissos e projetos que já estão fechados.

"É provável que o banco tenha que ir a mercado captar a taxas muito mais altas do as que estão esses empréstimos. A gente trabalha o caixa olhando para frente e não só o atual. O BNDES virou um banco que injetou recursos no Tesouro da forma mais agressiva possível nos últimos sete anos e isso você não consegue fazer sem deixar sequelas", complementou.

Especialistas em contas públicas dizem que a tentativa de postergar a devolução dos recursos demonstra a intenção do governo federal de ampliar o uso dos bancos públicos para o desenvolvimento econômico.

"Em que pese não ser decisivo para a trajetória da dívida/**PIB**, o sinal de não devolver os quase R\$ 30 bilhões seria muito ruim [...] Há ainda o efeito acumulado ao longo do tempo", avaliou Salto.

Além disso, a grande preocupação, no caso do BNDES, "é o que esse sinal representa, quando lembramos que há poucos dias mudaram a regra para o uso da TLP, permitindo até 1,5% do saldo do FAT Constitucional [percentual que representaria R\$ 6 bilhões, nos cálculos de Salto] para financiamentos via TR", afirmou. "A combinação dessas medidas e desses sinais é muito ruim, pois suscita a dúvida sobre se o BNDES voltará a ser uma fonte de risco fiscal

elevado como foi no passado recente. A contabilidade criativa promovida por meio do BNDES ainda está viva na memória", disse o economista.

"Acho legítimo querer reposicionar o BNDES, mas é preciso lembrar que não existe mágica e qualquer malabarismo será penalizado, e duramente, pelo mercado. Isso sem mencionar o fato de que um eventual agigantamento do banco poderia reduzir fortemente a potência da política monetária, problema que a TLP havia endereçado, ao seu modo", completou.

Na avaliação de Ricardo Volpe, consultor de Orçamento da Câmara, apesar de o impacto ser pequeno na redução da dívida pública, caso os bancos públicos consigam postergar os repasses ao Tesouro, "eles aumentam sua disponibilidade financeira para promoverem empréstimos, apesar de não reduzirem seus passivos".

"Não sei se há interesse e até mesmo motivo em permitir a abertura dessa discussão novamente"  
Ministro do TCU

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187567>

# Senadores querem preservar gastos com educação e saúde



Aziz: relator sinalizou ser favorável à exclusão de despesas com Fundeb do teto

**Lu Aiko Otta**

Os senadores querem excluir gastos com educação e saúde dos limites do novo arcabouço fiscal.

Há também sugestão no sentido de acelerar a aplicação de "gatilhos" para cortes de despesas. É o que mostram as primeiras emendas apresentadas à proposta da nova regra fiscal, que se encontra em análise na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado, após haver sido aprovada pela Câmara dos Deputados.

O levantamento é parcial. Se refere às emendas incluídas no sistema até a tarde dessa sexta-feira (2). Em paralelo à apresentação de emendas, correm discussões no sentido de o Senado aprovar o texto sem mudanças, para acelerar sua conversão em lei.

A nova regra fiscal irá substituir o atual regime, que é o teto de gastos. O cerne da proposta apresentada pelo governo, preservado pela Câmara dos Deputados, estabelece que as despesas vão crescer ao ritmo de 70% do crescimento das receitas, dentro uma banda que vai de um aumento mínimo acima da **inflação** de 0,6% ao máximo de 2,5%. A principal crítica dos especialistas é que essa regra, tal como calibrada, não leva à redução da dívida pública.

A definição sobre o que entra ou não entra no limite de

despesas do arcabouço, que também tem sido chamado de "teto", gerou controvérsia na Câmara dos Deputados e concentra as emendas apresentadas até agora no Senado.

Um dos pontos que mais geraram discussão na Câmara foi a inclusão, no limite de despesas, dos repasses feitos pela União para complementação ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

No Senado, a exclusão dessa despesa do teto já ganhou duas emendas, uma da professora Dorinha Seabra (União Brasil- TO) e outra dos senadores Plínio Valério (PSDB-AM) e Izalci Lucas (PSDB-DF).

O relator da matéria, senador Omar Aziz (PSD-AM), já indicou que é a favor dessa mudança.

Além da exclusão do Fundeb, Dorinha propôs retirar do teto aquelas relacionadas aos pisos constitucionais para as áreas de Saúde e Educação e as transferências federais a Estados e municípios como apoio ao cumprimento do piso salarial da enfermagem.

Em todos os casos, a senadora argumenta que a inclusão desses itens nos limites de despesa vai comprimir os demais gastos. No limite, podem ocorrer restrições a programas importantes como o da merenda escolar, alerta.

Ela admite, por outro lado, que as despesas acima do mínimo constitucional de saúde e educação sigam limitadas pelo novo teto.

No caso do Fundeb, a senadora argumenta que as despesas foram incluídas no novo texto pela Câmara dos Deputados. Na proposta enviada pelo Executivo, esses gastos estavam fora do limite.

Há emenda ainda para excluir do novo teto os recursos do Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF), apresentada pelos senadores Plínio Valério e Izalci Lucas. Esse fundo banca as despesas com segurança pública na capital federal.

O senador Eduardo Gomes (PL-TO) apresentou emenda para a eliminar, da versão aprovada pela Câmara dos Deputados, um artigo que muda a forma

de correção do FCDF e o coloca na mesma regra de evolução das demais despesas. Hoje, o fundo varia conforme o crescimento da receita corrente líquida da União.

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187567>

# Espaço aberto para o fim do aperto monetário (Editorial)

O **PIB** do primeiro trimestre deixou a porta aberta para que o Banco Central sinalize o início do movimento de queda da taxa de juros. Os números mostraram que, no que depender dos setores diretamente afetados pela política monetária, o freio já produziu efeitos esperados, esfriando para valer a demanda doméstica, que contribuiu negativamente com 0,5 ponto percentual para o resultado final. A agropecuária, com sua irradiação pelo setor industrial e de serviços, foi a grande força motora de um crescimento de 1,9% no primeiro trimestre.

Há vários fatores que indicam, mas não garantem, que os impactos esperados de um dos maiores ciclos de aperto monetário foram atingidos, ou estão perto disso. Em julho de 2022, quando o IPCA atingiu 10,07%, refletia uma taxa Selic doze meses antes de apenas 3,50%, com enorme juro negativo real. Não é mais o caso. O IPCA de 4,18%, em doze meses até maio, já é produto de uma taxa básica de 12,75%, com taxa real muito elevada, acima de 8%.

Com isso, como o **PIB** registrou, o consumo das famílias avançou apenas 0,2% no primeiro trimestre do ano, em relação ao trimestre anterior. Os investimentos, que poderiam implicar aumento da demanda imediata, recuaram 3,4%. A comparação interanual revelou que o movimento também foi de baixa, para 17,7% do **PIB**, ante 18,4% no primeiros três meses de 2022.

Os preços dos serviços deram um salto após o fim da pandemia, em um movimento que se prolongou, mas dão sinais de amortecimento, em acordo com a queda da atividade. A agricultura puxou o subsetor de transportes e armazenamento, mas, no que importa para a política monetária, o item outros serviços, onde estão incluídos os serviços prestados à família, recuou 0,5% na ponta.

No lado da oferta, a pressão inflacionária também parece diminuir. A indústria continua andando de lado, enquanto os preços do setor estão desabando. O Índice de Preços ao Produtor, da FGV, que mede todos os setores, mas tem peso grande da manufatura, apresenta redução pelo terceiro mês consecutivo, com baixa relevante de 4,63% em 12 meses encerrados em abril. É uma das maiores deflações desde que o índice começou a ser mensurado, em 1945.

A influência do setor agropecuário na **inflação** depende muito das cotações externas, pelo peso do país no mercado internacional, mas as principais commodities, como soja, carnes e milho estão com preços cadentes, mais de 20% em um ano. Com a perspectiva de redução do comércio global e Espaço aberto para o fim do aperto monetário de crescimento menor nas principais economias consumidoras, incluindo a China, a estimativa é de que não haverá alta de preços suficiente para empurrar a **inflação** doméstica para frente. A queda do índice de commodities do Banco Central em abril, no acumulado do ano, foi de 7,25% e, em doze meses, de 13,4%. Metais e energia pesam mais na baixa acentuada - respectivamente 22,7% e 33,7%.

Os alimentos continuam caros, mas podem baixar com a supersafra a caminho. Em maio, subiram acima do índice geral, mas no acumulado do ano (1,53%) sua evolução é mais comedida que em 2022. A perspectiva de preços não depende só do passado (grande produção), mas do futuro.

Condições climáticas muito adversas não estão previstas até agora, mas o tempo sempre pode mudar. Em relação a preços dos insumos para o plantio, os dos fertilizantes tiveram queda expressiva, o que não era de se esperar com a guerra da Rússia contra a Ucrânia, ambos grandes produtores com participação decisiva nos mercados.

Dada a tendência de queda da **inflação**, produzida pelo aperto monetário, o que poderia dar errado? As expectativas estão convergindo para a meta, embora lentamente. Elas estão muito pautadas pela questão fiscal, que melhorou com a aprovação quase certa do novo regime, embora ele não seja o dos sonhos de economistas ortodoxos. A perspectiva de descontrole sumiu do horizonte, embora a dívida bruta continuará a subir.

Quando a **inflação** ultrapassou 10% em um ano, a relação câmbio-preço das commodities, muito influenciada pelo do petróleo, favoreceu a pressão nos preços. O dólar, porém, há semanas ensaia ficar abaixo dos R\$ 5. No ano, ele recuou mais de 6% em relação ao real, a moeda de melhor desempenho entre as emergentes recentemente. O acordo para a elevação do teto da dívida nos EUA tende a dar força

ao dólar, assim como a possibilidade de encerramento do ciclo de alta dos juros pelo Fed.

Há bons motivos para que o BC dê um sinal cauteloso de inversão do ciclo. A expectativa de que o Conselho Monetário Nacional sancione a prática que se tornou corrente de não perseguir a meta de **inflação** segundo o ano calendário, mas ao longo do tempo, em período compatível com a política monetária, ajudará o BC a cumprir o objetivo.

O perigo maior, se o IPCA mostrar um figurino bem comportado, é o governo se sentir liberado para gastar mais.

É um risco real, mas como o jogo das expectativas tem como base promessas de cumprimento do novo regime fiscal, com todas suas falhas, ele pode não se materializar a curto prazo.

**Site:**

**<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187567?page=1&section=1>**